



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 182/2023

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CANGUÇU E A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DESTINADOS A APOIAR A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Pelo presente instrumento particular, de um lado o MUNICÍPIO DE CANGUÇU, CNPJ nº 88.861.430/0001-49 doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Marcus Vinícius Muller Pegoraro, inscrito(a) no CPF sob o nº 008.255.180-40, residente e domiciliado(a) em Canguçu/RS, e, de outro lado, a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, doravante denominada CONTRATADA, Empresa Pública de Direito Privado, criada pelo Decreto-Lei nº 759, de 12/08/1969, regida atualmente pelo Estatuto Social aprovado pela Ata da Assembleia Extraordinária em 16/07/2018, com publicação no DOU em 05/09/2018, em conformidade com o Decreto nº 8.945, de 27/12/2016 e suas alterações, inscrita no CNPJ sob o nº 00.360.305/0001-04, com sede em Brasília – DF, no SBS, Quadra 4 Lotes 3/4, Edifício Matriz I, neste ato representada pelo(a) Gerente de Filial Iuri Jadovski, brasileiro, CPF nº 495.331.420-49, conforme procuração lavrada em notas do 2º Tabelionato de Notas e Protestos de Brasília - Distrito Federal, no livro 3407-P, folha 190, em 07/11/2019, resolvem celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços em conformidade com o que consta no Processo Administrativo nº 538, com base na Lei 14.133/2021 referente à Inexigibilidade de Licitação nº 101/2023, com fundamento no Art. 74, Inciso III, alíneas “a” e “c”, sendo regido pelas seguintes cláusulas:

CONDIÇÕES GERAIS

I – OBJETO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

1 – O presente Contrato tem por objetivo a prestação de serviços de Assistência Técnica, no âmbito do produto “CAIXA Políticas Públicas”, conforme detalhado nos “Anexo I – Detalhamento dos Serviços” e “Anexo II – Detalhamento dos Preços”, sendo esses anexos integrantes deste Contrato.

1.1 – A prestação de serviços será realizada no(s) seguinte(s) empreendimento(s):

EMPREENHIMENTO/ LOCAL	SERVIÇO(S)
Projeto de Rotas de Acessibilidade na cidade de Canguçu	Assistência Técnica – Apoio para Elaboração de Termo de Referência para Contratação de projeto de rotas acessíveis

1.2 – O escopo dos serviços a serem prestados pela CONTRATADA, bem como a documentação a ser apresentada pelo CONTRATANTE e a formalização da entrega do produto constam no “Anexo I – Detalhamento dos Serviços”.

1.3 – O detalhamento dos preços dos serviços consta no “Anexo II – Detalhamento dos Preços”.

1.4 – Não é objeto deste Contrato nem responsabilidade da CONTRATADA a fiscalização técnica da execução das obras e serviços públicos, incluindo a verificação de itens que são afetos unicamente à relação entre CONTRATANTE e empresas executoras, como suficiência de equipamentos e materiais alocados nas obras e serviços, manutenção adequada de diário de obras e de canteiro de obras e verificação de itens de qualidade, atividades essas que são de responsabilidade exclusiva do profissional (engenheiro ou arquiteto) do CONTRATANTE identificado na respectiva ART/RRT registrada no CREA/CAU de competência.

II – ENDEREÇOS



Endereço para entrega de correspondências ao CONTRATANTE: Praça Dr. Francisco Carlos, 240, Canguçu/RS.

Endereço eletrônico do CONTRATANTE: gabinete@canguçu.rs.gov.br ou através do endereço <https://cangucu.1doc.com.br> (plataforma de tramitação de documentos).

Endereço para entrega de correspondências à CONTRATADA: Avenida Duque de Caxias, 267 A, Pelotas/RS.

Endereço eletrônico da CONTRATADA: gigovpo05@caixa.gov.br.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FORMA DE EXECUÇÃO

1 – Os serviços descritos no “Anexo I – Detalhamento dos Serviços” deverão ser executados pela CONTRATADA de forma direta, podendo, na medida da necessidade, ser parcialmente executados de forma indireta, permanecendo a responsabilidade da CONTRATADA.

1.1 – A CONTRATADA, ao prestar os serviços técnicos destinados a apoiar a implantação de políticas públicas, está amparada pelo art. 173 da Constituição da República quanto a explorar atividade econômica, e por disposição expressa em seu Estatuto Social quanto seu objeto social de prestar serviços de assessoria, consultoria, administração e gerenciamento de atividades econômicas e de políticas públicas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

2 – A CONTRATADA iniciará a prestação dos serviços detalhados no “Anexo I – Detalhamento dos Serviços” em até 7 (sete) dias corridos após o recebimento da documentação técnica e ordem de início para o serviço a ser prestado no momento, ambos apresentados pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES

3 – Como forma mútua de cooperação na execução do objeto deste Contrato, são obrigações das partes:

3.1 – DO CONTRATANTE:

- I. Encaminhar documentação técnica à CONTRATADA que permita a prestação dos serviços ora contratados, de acordo com relação de documentos fornecida pela CONTRATADA;
- II. Atestar o recebimento do serviço e encaminhar à CONTRATADA o documento com o ateste de recebimento assinado, no prazo previsto na Cláusula Quarta;
- III. Definir o enquadramento legal/específico para a efetivação da presente contratação e a opção pela prévia realização ou não de eventuais certames licitatórios;
- IV. Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, no que for cabível, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da comunicação por ela efetuada;
- V. Notificar à CONTRATADA qualquer irregularidade encontrada na prestação dos serviços;
- VI. Efetuar o pagamento da tarifa conforme estipulado na Cláusula Quinta deste Contrato;
- VII. Indicar formalmente preposto para representar o CONTRATANTE durante a vigência do contrato;
- VIII. Exercer a fiscalização e acompanhamento do Contrato por meio do representante especialmente designado, comunicando previamente à CONTRATADA a metodologia a ser utilizada;
- IX. Indicar os locais e horários em que deverão ser prestados os serviços e garantir o acesso seguro da CONTRATADA nas dependências do CONTRATANTE ou local da intervenção;



- X. Não utilizar, por si e por seus prepostos, o nome ou a logomarca da CONTRATADA sem sua prévia autorização, respondendo civil e criminalmente pela inobservância desta obrigação;
- XI. Providenciar a publicação do extrato deste Contrato na imprensa oficial e dos eventuais aditivos ou termo de rescisão, na forma da lei.

3.2 – DA CONTRATADA:

- I. Elaborar, em conjunto com o CONTRATANTE, a programação dos serviços a serem prestados, objeto do presente termo;
- II. Manter, durante todo o Contrato, equipe técnica regular, qualificada e suficiente para a prestação dos serviços aqui descritos;
- III. Executar integralmente os serviços contratados, nos prazos ajustados, por meio de pessoas tecnicamente capacitadas;
- IV. Não empregar, na realização dos serviços objeto do presente Contrato, pessoas físicas ou jurídicas envolvidas nos projetos, serviços e obras licitados pelo CONTRATANTE, para a execução da intervenção elencada e definida, devendo prestar os serviços por intermédio de profissionais devidamente habilitados, selecionados e qualificados, na forma da legislação aplicável;
- V. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de qualificação e habilitação exigidas neste ato;
- VI. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
- VII. Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade verificada na prestação dos serviços, que ponha em risco a segurança e a qualidade dos serviços e sua execução, dentro do prazo pactuado;
- VIII. Comunicar ao CONTRATANTE os eventuais casos fortuitos ou de força maior, que possam impedir ou atrasar a consecução do objeto deste Contrato;
- IX. Manter, por si e por seus prepostos, completo sigilo sobre os dados, informações, documentos e pormenores fornecidos pelo CONTRATANTE, bem como a não divulgar a terceiros quaisquer informações relacionadas com o objeto deste Contrato, exceto quanto aos órgãos legalmente incumbidos de fiscalização, sem a prévia autorização dada pelo CONTRATANTE, por escrito, obrigando-se, também, a não utilizar o nome ou a logomarca do CONTRATANTE sem sua prévia autorização, respondendo civil e criminalmente pela inobservância destas obrigações;
- X. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços objeto deste Contrato;
- XI. Encaminhar ao CONTRATANTE o Parecer Técnico, acompanhado do documento para o ateste do recebimento, após a execução de cada serviço.
- XII. No caso de serviço de Acompanhamento, fornecer ao CONTRATANTE relatório consolidado, conforme periodicidade previamente definida entre as partes, acompanhado da pertinente documentação sobre a evolução das obras e/ou serviços, resumindo todas as análises e acompanhamentos realizados no período;
- XIII. No caso de serviço de Acompanhamento, informar ao CONTRATANTE toda e qualquer impropriedade e/ou irregularidade que puder ser constatada durante as vistorias de acompanhamento, podendo sugerir as correções necessárias para o fiel cumprimento das intervenções no âmbito do projeto de que trata a Cláusula Primeira, sendo de responsabilidade exclusiva do CONTRATANTE adotar as providências cabíveis.

CLÁUSULA QUARTA – DA ENTREGA DO PRODUTO E ATESTE DE RECEBIMENTO



4 - Após a execução de cada serviço, a CONTRATADA encaminhará ao CONTRATANTE o Parecer Técnico com a conclusão da prestação do serviço, acompanhado de documento para o ateste de recebimento e informações sobre o pagamento.

4.1 – O CONTRATANTE tem o prazo de 10 (dez) dias corridos para manifestar-se sobre o ateste de recebimento do serviço e apresentar o documento de ateste assinado à CONTRATADA ou a contestação da prestação do serviço.

4.1.1 – Caso o CONTRATANTE não se manifeste quanto ao ateste de recebimento do serviço no prazo previsto no item 4.1, a CONTRATADA considerará a entrega do serviço como aceita pelo CONTRATANTE e emitirá o Ofício de Cobrança e a Guia para o pagamento da tarifa.

CLÁUSULA QUINTA – DA TARIFA E FORMA DE PAGAMENTO

5 – Estima-se o valor global deste Contrato de R\$ 63.805,62 (sessenta e três mil, oitocentos e cinco reais, com sessenta e dois centavos), conforme especificado no “Anexo II - Detalhamento dos Preços”.

5.1 – Os pagamentos serão realizados pelo CONTRATANTE por serviço, após a execução de cada serviço pela CONTRATADA.

5.2 – O prazo para o pagamento da tarifa pelo CONTRATANTE é de até 30 dias corridos a contar do envio, por e-mail, do Ofício de Cobrança e Guia para o pagamento da tarifa.

5.3 – Os pagamentos a serem efetuados em favor da CONTRATADA estão sujeitos à retenção na fonte, quando couber, dos tributos previstos na lei.

5.4 – O CONTRATANTE encaminhará à CONTRATADA os comprovantes de pagamento dos serviços e das retenções tributárias e o Comprovante Anual de Rendimentos e de Retenções na Fonte dos Impostos e Contribuições Federais.

5.5 – O pagamento após o prazo estabelecido no item 5.2 sujeitará o CONTRATANTE ao pagamento de juros de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês, e de atualização mensal do valor cobrado pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou índice oficial que vier a substituí-lo, calculado a partir do 1º dia útil subsequente ao vencimento até a data da efetivação do pagamento, aplicando-se como base o índice do mês anterior ao da cobrança.

5.6 – Ocorrendo inadimplência por parte do CONTRATANTE por período superior a 30 (trinta) dias corridos, a contar do vencimento da obrigação, a CONTRATADA notificará o CONTRATANTE para efetuar a quitação do débito devidamente corrigido, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, findo esse prazo a CONTRATADA poderá suspender a execução de todos os serviços firmados neste Contrato.

5.7 – A prestação dos serviços, pela CONTRATADA, poderá ser encerrada nos atrasos superiores a 60 (sessenta) dias corridos do vencimento da obrigação.

5.8 – Caso o CONTRATANTE desista do contrato, antes da conclusão de todos os serviços contratados, fica obrigado a pagar os serviços já executados à CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

6 – Os preços dos serviços poderão ser reajustados somente após 1 (um) ano da vigência deste Contrato, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou índice oficial que vier a substituí-lo.

6.1 – O reajuste dos preços dos serviços é realizado mediante termo de apostilamento, sendo dispensada a celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7 – As despesas com o presente Contrato correrão à conta dos recursos alocados no orçamento do CONTRATANTE por meio do Programa de Trabalho 06.01.00.04.12202282.347 e a Natureza de Despesa 4374.



CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

8 – O presente Contrato terá a duração de 12 (doze) meses, a contar da assinatura de todas as partes, sendo o início de sua vigência a data da elaboração deste contrato, podendo ser prorrogada se houver interesse da administração mediante Termos Aditivos.

8.1 – Eventual impedimento das partes para cumprir as etapas e o prazo contratual deve ser alegado, por escrito, no mínimo 30 (trinta) dias antes do término da vigência.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

9 – No curso da execução deste Contrato caberá ao CONTRATANTE fiscalizar a fiel observância das disposições deste instrumento, diretamente ou por quem vier a indicar, Art. 117 da Lei nº 14.133 de 2021.

9.1 – O representante do CONTRATANTE anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

9.2 – Fica responsável pela fiscalização deste contrato o servidor efetivo Ederson Barboza Canielas, cargo: topógrafo, matrícula: 502863/1.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES

10 – Este Contrato é passível de alteração na quantidade dos serviços já contratados, restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro e alteração do prazo de vigência, devendo ser observado o disposto no Art. 124 da Lei nº 14.133/2021, no que for aplicável.

10.1 – A solicitação de alteração contratual deverá ser acompanhada de justificativa.

10.2 – No caso de acréscimo de atividades ou serviços a serem prestados pela CONTRATADA, a alteração é precedida de reavaliação do preço pactuado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO

11 – A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais previstas na legislação aplicável, garantida a defesa prévia.

11.1 – Constituem motivo de rescisão do Contrato, independentemente de interpelação judicial:

- I. Descumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- II. Lentidão no seu cumprimento, levando o CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços, nos prazos estipulados;
- III. Atraso injustificado no início do serviço;
- IV. Paralisação do serviço sem justa causa e prévia comunicação ao CONTRATANTE;
- V. Decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- VI. Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do Contrato;
- VII. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;
- VIII. Supressão de serviços, por parte do CONTRATANTE, acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite de 25% (vinte e cinco por cento) permitido Lei 14.133/2021;
- IX. Atraso superior a 60 (sessenta) dias corridos dos pagamentos devidos pela CONTRATADA, salvo em caso de calamidade pública grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurada a CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- X. Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato.



11.2 – Havendo a rescisão do Contrato, cessarão todas as atividades da CONTRATADA relativamente à prestação dos serviços contratados.

11.3 – Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos de VII a X, sem que haja culpa da CONTRATADA, esta será ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS REGISTROS DE OCORRÊNCIAS E DAS COMUNICAÇÕES

12 – Os documentos instrutórios ou comprobatórios relativos à execução deste Contrato deverão ser apresentados em original ou em cópia autenticada.

12.1 – As comunicações de fatos ou ocorrências relativas ao Contrato serão consideradas como regularmente feitas se entregues por carta protocolada, telegrama, fax ou correspondência eletrônica, nos endereços descritos no item de CONDIÇÕES GERAIS.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

13 – Incumbir-se-á o CONTRATANTE da publicação do extrato deste Contrato e subsequentes termos aditivos, de acordo com o disposto Art. 94 da Lei 14.133/2021, correndo às despesas por conta do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14 – Fica estabelecido que os casos omissos serão resolvidos entre as partes respeitados o objeto do presente contrato, a legislação e demais normas reguladoras da matéria, em especial a Lei 14.133/2021, aplicando-lhe, quando for o caso, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FUNDAMENTO LEGAL

15 – O presente contrato é celebrado com base no artigo 74, inciso III, alínea “a” e “c” da lei 14.133/2021. Da inexigibilidade 101/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA DIVULGAÇÃO DE DADOS PESSOAIS SEGUNDO A LGPD

16 – Em observância aos preceitos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD – Lei 13.709/2018, os signatários autorizam a divulgação de seus dados pessoais constantes neste instrumento para fins de publicidade e transparência.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17 – Fica eleito o Foro da Comarca de Canguçu, para dirimir os conflitos decorrentes deste Instrumento, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e pactuados firmam este Instrumento, que será assinado pelas partes, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, em juízo e fora dele.

Assinatura do CONTRATANTE
Nome: Marcus Vinicius Muller Pegoraro
CPF: 008.255.180-40

Canguçu, 05 de Julho de 2023
Assinado de forma digital por
IURI JADOVSKI:49533142049
Dados: 2023.07.05 21:56:17
-03'00'
IURI
JADOVSKI:495331420
49
Assinatura da CONTRATADA
Nome: Iuri Jadovski
CPF: 495.331.420-49



ANEXO I – DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS

1 MODALIDADE(S) CONTRATADA(S)

Assistência Técnica

2 ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1 ASSISTÊNCIA TÉCNICA – APOIO À ELABORAÇÃO DE TERMO DE REFERÊNCIA

2.1.1 Objetivo

Este serviço tem por objetivo apoiar o CONTRATANTE na elaboração do programa de necessidades e do Termo de Referência (TR), visando a instrução qualificada da licitação, para contratação de projetos para criação de rotas de acessibilidade na cidade de canguçu, em um total de aproximadamente 5,6 quilômetros.

O programa de necessidades visa identificar junto ao CONTRATANTE a definição das necessidades, interesses, prioridades, fatores contingentes, recursos disponíveis e demais elementos necessários para possibilitar a elaboração do projeto que contemple o conjunto das necessidades sociais, funcionais e econômicas das rotas acessíveis, naquilo que for possível.

O Termo de Referência é o documento, elaborado a partir do programa de necessidades, que deve conter os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar o objeto da licitação para contratação dos projetos e os demais elementos necessários para sua contratação e elaboração.

O Termo de Referência deve apresentar, pelo menos, os seguintes elementos:

- Especificação do objeto;
- Critérios de aceitabilidade da proposta;
- Critérios de aceitabilidade do objeto (recebimento do objeto);
- Estimativa de valor da contratação;
- Estimativa dos prazos de execução;
- Obrigações das partes envolvidas (contratada e contratante);
- Fiscalização do contrato;
- Condições de pagamento.

2.1.2 Escopo

O escopo deste serviço é o apoio para realização de entrevistas com os interlocutores indicados pelo CONTRATANTE para a identificação de suas necessidades a serem atendidas com a execução do objeto, para o adequado planejamento e ordenamento das atividades, etapas, dos prazos de execução dos serviços e dos custos de sua elaboração, com a transferência de conhecimento para os servidores do CONTRATANTE.

Também compõem este serviço, sob os aspectos técnicos de arquitetura e engenharia, a revisão e/ou atualização do programa de necessidades porventura existente, e o estudo e análise crítica de outros documentos disponibilizados, tais como, estudos preliminares e outros dados levantados, se houver.

O serviço de Apoio à Elaboração de Termo de Referência contempla ainda, o assessoramento técnico para a elaboração de minuta do Termo de Referência, considerando os seguintes aspectos: diretrizes gerais para elaboração do projeto, especificação dos serviços técnicos, produtos a serem entregues em cada etapa, orçamento dos serviços prestados e cronograma físico-financeiro para desenvolvimento das atividades.



2.1.3 Não Escopo

Não faz parte do escopo deste serviço o assessoramento sobre os aspectos jurídicos e legais do Termo de Referência, bem como a realização de ajustes ou verificações de documentos utilizados pelo CONTRATANTE em licitações.

A responsabilidade técnica pela elaboração do Termo de Referência e demais documentos da licitação caberá ao profissional indicado pelo CONTRATANTE, sendo que a CONTRATADA emitirá a ART/RRT de assistência técnica.

2.1.4 Documentos

Os documentos técnicos necessários a serem apresentados para possibilitar a realização do serviço, se existentes, são:

- a) Estudos preliminares e demais documentos e levantamentos já realizados, se existirem;
- b) Programa de necessidades;
- c) Outros documentos correlatos existentes.

Poderá a CONTRATADA, caso considere necessário à realização do serviço, solicitar documentação adicional.

2.1.5 Metodologia de Trabalho

A metodologia de trabalho é composta pelas seguintes atividades:

- a) Realização de reuniões para identificação das necessidades do CONTRATANTE e da existência de documentos preliminares que possam auxiliar na elaboração do Termo de Referência;
- b) Visita ao Município de Canguçu / RS para identificação de eventuais condicionantes;
- c) Assessoramento técnico na elaboração de orçamento dos produtos, necessários para o desenvolvimento do Projeto, pretendidos pelo CONTRATANTE;
- d) Assessoramento técnico na elaboração de cronograma prévio para o desenvolvimento do projeto;
- e) Assessoramento técnico na elaboração de minuta de Termo de Referência com base nos levantamentos realizados e documentos fornecidos, sendo este documento submetido à apreciação do CONTRATANTE para eventuais adequações e posterior redação final.

2.1.6 Produto Final

Como produto desta atividade será emitido Relatório Técnico circunstanciado para subsidiar a elaboração do Termo de Referência para projetos de implantação de rotas acessíveis, conforme necessidades e demais parâmetros definidos pelo CONTRATANTE.



ANEXO II – DETALHAMENTO DOS PREÇOS

1 PAGAMENTO DA TARIFA

Os serviços serão pagos após o recebimento do Ofício de Cobrança e Guia de Pagamento.

O valor da tarifa para a prestação dos serviços totaliza em de R\$ 63.805,62 (sessenta e três mil, oitocentos e cinco reais, com sessenta e dois centavos), conforme discriminado no quadro do item 2.2.

2 PREÇOS

2.1 – Empreendimento/Localidade

Município de Canguçu/RS.

2.2 – Os preços dos serviços praticados no âmbito deste Contrato de Prestação de Serviços serão os seguintes:

Modalidades – Serviços	Etapas			Valor
	Nº	Marco (Entrega)	Prazo de Conclusão*	
Assistência Técnica – Apoio para Elaboração de Termo de Referência para Projeto de Rotas Acessíveis na cidade de Canguçu	1	Parecer Técnico	60 dias	R\$ 63.805,62
TARIFA TOTAL				R\$ 63.805,62

2.3 – Marco de Entrega e Conclusão do Serviço

No caso de necessidade de ajustes ou complementação de documentos fundamentais para a continuidade dos serviços, o prazo de execução cessará até que estes sejam entregues.

As partes, de comum acordo, estabelecem que eventuais suspensões ou prorrogações de prazos para a conclusão dos serviços serão formalizadas por escrito, através de mensagem eletrônica, sem a necessidade de formalização de aditivo.

Para quaisquer modalidades, o não atendimento a eventuais pendências ou solicitações de complementações, em um prazo igual a 60 dias a partir da manifestação formal da CONTRATADA, ensejará o encerramento da atividade, a emissão da tarifa e a correspondente cobrança à CONTRATANTE pela prestação de serviços.